

Parecer nº 123/98

Data: 1998.10.07

Processo nº 462

Requerente: Presidente da Câmara Municipal de Soure.

1. A Câmara Municipal de Soure, no exercício das suas competências legais, concede licenças de uso e porte de arma de caça, baseando-se no parecer prévio da GNR sobre a idoneidade do requerente para aquele fim.

Os casos de indeferimento baseiam-se em pareceres da GNR negativos sobre a pessoa dos requerentes, donde constam apreciações pessoais e juízos de valor desabonatórios.

Perante a pretensão de alguns dos requerentes de acesso aos pareceres da GNR e o entendimento, por parte do Comandante desta, de que tal acesso não deve ser permitido, por se tratar de pareceres de carácter confidencial, embora se declare inclinado a reconhecer o reclamado direito de acesso, o Presidente da Câmara vem, na dúvida, pedir parecer à CADA.

2. Os pareceres em causa constituem caracterizadamente documentos nominativos (alíneas b) e c), do nº 1, do artigo 4º, da Lei nº 65/93) .

Ora, nos termos do nº 2, do artigo 7º, da mesma Lei, o direito de acesso aos documentos nominativos por parte da pessoa a quem o documento diga respeito não sofre quaisquer restrições, a não ser as consignadas expressamente na lei.

Embora se compreenda o melindre de algumas apreciações pessoais constantes dos pareceres da GNR, sobretudo num meio pequeno, onde as relações pessoais

são bastante próximas, e a preocupação do Comandante da GNR, não se pode criar uma restrição onde a lei o não faz.

3. A CADA é de parecer que os interessados têm direito de acesso aos pareceres que lhes dizem respeito emitidos pela GNR nos processos de atribuição de licenças de uso e porte de arma de caça.

Lisboa, 7 de Outubro de 1998.

Silva Marques (Relator) - José Magalhães - João Figueiredo (nos termos da declaração anexa) - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente).

Declaração

Concordo com o parecer. Devo, no entanto, acrescentar que se, porventura, no parecer da GNR constarem dados pessoais relativos a terceiro (nos termos definidos na alínea c) do nº 1 do artigo 4º da Lei nº 65/93) e tais dados forem dispensáveis para a apreciação ou juízo de valor feito sobre o requerente da licença devem tais dados ser expurgados (vide nº 5 do artigo 8º). Se o conhecimento de tais dados for indispensável para a percepção do requerente sobre a apreciação ou juízo de valor que sobre ele é feito, pode este aceder a tais dados nos termos do artigo 8º da lei.

a) João Figueiredo